

Espaço Visual inicia ciclo de conferências

No dia 4 de maio a consultora agrícola Espaço Visual arranca com um ciclo de conferências para comemorar os seus 25 anos de existência. Nesse dia, pelas 11h00, na sede da empresa, na zona industrial de Gondomar, Eduardo Diniz, diretor geral do GPP (Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral) será o orador convidado para falar sobre “O novo quadro comunitário e as ajudas para a agricultura portuguesa”.

Capgemini abre escritório em Évora

A Capgemini Portugal inaugurou há dias o seu novo Centro de Excelência (CoE) em Évora. Este novo centro visa apoiar clientes da multinacional de língua portuguesa, inglesa, espanhola, francesa e alemã, atrair recursos técnicos e tecnológicos altamente qualificados, aproveitando o tecido empresarial, económico e social e as infraestruturas disponibilizadas pela cidade de Évora.

Casos da Vida Judiciária**MIGUEL MATIAS**

Advogado

Raposo Subtil e Associados, Sociedade de Advogados (membro fundador da RSA LP – Rede de Serviços de Advocacia de Língua Portuguesa)

**Apologia de Sócrates**

“O paradoxo socrático estava nele mesmo, que declarava que nada sabia”¹

Muito já se escreveu, muito já se viu e ouviu perante a constante, permanente dória mesmo, e impune, forma como – nos casos mediáticos – todos eles de natureza e relevância jurídico penal – se vai violando o segredo de justiça, a igualdade de armas e, naturalmente o direito inalienável a um julgamento justo.

Sabemos que, finda a fase da investigação – nestes casos sempre conduzida pelo Ministério Público –, o processo se deixa mostrar a todos os seus intervenientes. Sabemos também que, nos casos mais mediáticos, pela sua “complexidade”, tem sido sempre e paulatinamente decretado o segredo

pensador da “maiêutica” antes sim o político a quem um povo – democraticamente – colocou no governo da nação.

Sabemos todos que a Justiça é um ideal a atingir em toda e qualquer sociedade minimamente organizada a quem o direito serve como meio que se quer objectivo para tal desiderato. Mas, entre a verdade que se busca incessantemente e que é objectivo final dessa “realização da justiça” e a “hipocrisia” vão universos de distância.

Somos, sincera e genuinamente equilibrados quando gritamos contra a injustiça que atinge os fracos. Somos amigos afectuosos dos humildes, dos fracos e dos oprimidos. Gritamos perante a desigualdade social (em todos os seus múltiplos aspectos), enfim, somos “boa gente”. Mas, quando a

rizar e, claro, desde que a pessoa visada a tal não se oponha. Não sabemos - porque nada sabemos mesmo -, se existiu despacho judicial e se, o visado Sócrates, a tal não se opôs, expressamente. Estamos em crer que não!

Será certamente essa a primeira tarefa do inquérito mandado – imediatamente abrir – pela PGR. A conclusão será, como tem sido sempre: a verificação da prática do crime sem que, contudo, exista identificação e consequente perseguição penal do seu agente.

A tal da hipocrisia que, como “boa gente e gente de afectos”, vamos cultivando, mantendo e (em segredo), até aplaudindo. Mas, a culpa de Sócrates não foi a de ter negado a existência dos Deuses. Foi, antes sim, a de não corrigir a estrutura da figura processual do assistente do Ministério Público por forma a não permitir que, nos crimes dos quais está (agora) a ser indiciado, qualquer gato-pingado se constitua como tal.

Não é preciso a manifestação de um interesse. Qualquer pessoa! Desde que o requeira e pague a taxa de justiça correspondente. A Justiça que deveria transbordar dos copos é hipocritamente substituída pela “cicuta” que absortamente vamos bebendo e que, a final, nos vai envenenando e matar.

Por isso, “Vejo frequentes vezes proporem-nos modelos de vida que nem quem os propõe nem os seus auditores têm alguma esperança de seguir ou, o que é pior, desejo de o fazer. Da mesma folha de papel onde acabou de escrever uma sentença de condenação de um adultério, o juiz rasga um pedaço para enviar um bilhetezinho amoroso à mulher de um colega.”²

Assim não dá!

1 - C.D.C. Reeves, **Socrates in the Apology**, pg. 53

2 - Michel de Montaigne, in ‘Ensaio - Da Vaidade’

“Não sabemos - porque nada sabemos mesmo -, se existiu despacho judicial e se, o visado Sócrates, a tal não se opôs, expressamente. Estamos em crer que não!”

(excepcional) do inquérito. Sabemos ainda que nada sabemos até sabermos alguma coisa sobre aquilo que, em mantos mais ou menos velados, nos vai sendo soprado aos ouvidos e colocado entre cortinas mais ou menos opacas e cirurgicamente dispostas para nos “orientar”, limitando, aquilo que ou não deveríamos saber de todo ou, ao invés, deveríamos todos saber. Mesmo que essa sabedoria que nos é implantada nos ouvidos e nos olhos mais não fosse que uma manifestação da mais absoluta ignorância e, para os mais atentos, pudesse fazer exclamar, como Sócrates, “nada sei”! Diz-se isto a propósito das recentes divulgações televisivas dos interrogatórios levados a cabo ao arguido Sócrates. Não o

coisa se torna difícil, logo nos aprestamos a atirar a pedra que, não sendo a primeira, não será certamente a última.

A lei é clara ao proibir aos meios de comunicação social a transmissão ou registo de imagens ou de tomadas de som relativas à prática de qualquer acto processual (alínea b) do nº 2 do artigo 88º do Código de Processo Penal), sancionando quem o faz com a tipologia do crime de desobediência. Mas, é clara também a forma como, a quem interessa e a coberto de um discutível direito a informar, se vai corrompendo hipocritamente o sistema tão singelamente construído.

A lei também é clara ao excepcionar, permitindo, a divulgação de som e imagem se a autoridade judiciária, por despacho, o auto-

**JOSÉ MARTINO**

Empresário e consultor agrícola

josemartino.blogspot.pt

O que é que os cereais têm?

Cinco importantes instituições do mundo rural (a ANPOC, a ANPROMIS, a AOP e o INIAV) vão organizar no dia 15 de maio, no âmbito do Dia do Agricultor, uma mesa redonda para debater as propostas da Estratégia Nacional para a Promoção de Cereais, cujos trabalhos ficaram recentemente concluídos. Esta iniciativa terá o alto patrocínio do Governo, que se fará representar pelo Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Poucas vezes vi tão grande envolvimento entre associações privadas, instituições públicas e governo, mais a criação de um grupo de trabalho e uma resolução do Conselho de Ministros para alavancar um setor económico.

Sem medo de polémicas, vamos ao que interessa. Os cereais de inverno são uma das nossas principais fileiras agrícolas quanto ao seu valor acrescentado para a riqueza nacional? Resposta: Não.

Portugal não tem clima nem solos para implementar as culturas de inverno: o trigo, a cevada, o centeio, a aveia, a tritale.

E não venham com o argumento da auto-suficiência alimentar. A Holanda produz 5% das suas necessidades alimentares e não deixa de ser um país rico e com poder de compra.

Os superiores interesses do país deviam fazer com que o Governo desse mais atenção a fileiras/culturas alternativas mais adaptadas ao nosso clima e aos nossos solos e mais rentáveis.

Uma opção política e governativa com visão estratégica devia utilizar o valor financeiro assim gerado por estas culturas alternativas para comprar os cereais de que precisamos no mercado internacional a preços mais competitivos.

Quando estamos a falar de culturas e fileiras com mais valor acrescentado, estamos a falar do quê? Estamos a falar das fileiras mediterrânicas: o vinho, o azeite, as hortícolas, a floricultura, os produtos endógenos de qualidade.

Porque é que não há a criação de grupos de trabalho para promover estas fileiras e a sua promoção nacional e internacional, nem resoluções do Conselho de Ministros?

Eu sei que as culturas que não são competitivas tendem a fazer o seu “lobby” para receber mais apoios/subsídios comunitários, numa altura em que se discute o próximo quadro comunitário de apoio.

Mas quem gere e define o interesse nacional e o dinheiro público devia olhar com mais atenção para quem é competitivo, cria mais valor acrescentado, mais riqueza nacional e mais emprego.

mycujoo aumenta rede de colaboradores em Portugal

A mycujoo, plataforma digital de jogos de futebol online, vai aumentar a sua equipa de profissionais com quatro novos elementos qualificados para acompanhar as áreas técnicas do novo escritório da empresa em Lisboa.

Com sede em Zurique, na Suíça, e o principal escritório operacional sediado em Amsterdão, na Holanda, com 40 pessoas, a mycujoo abriu em 2018 um escritório em Lisboa, onde vão passar a trabalhar 10 pessoas, e cujo principal responsável é Ricardo Rodrigues.

“Este investimento na contratação de novos elementos pretende acompanhar a



Ricardo Rodrigues, responsável da mycujoo Portugal.

evolução positiva que a operação da mycujoo está a conhecer em Portugal, com perspectivas animadoras para o ano de 2018”, afirmou Ricardo Rodrigues.

A mycujoo ainda tem escritórios operacionais em Singapura e São Paulo, no Brasil. A empresa está presente em 65 países 5 continentes. Em Portugal, a mycujoo tem mais de 100 TV abertas, tendo já parcerias para transmissão de jogos com o SC Braga, o Nacional da Madeira e 21 equipas do campeonato de Portugal. Em 2018, a mycujoo pretende atingir os 75 milhões de usuários e 16 mil jogos em direto.